

DS

ARTIGO

A VOLTA ÀS AULAS NA MAIOR PANDEMIA DO SÉCULO

A epidemia da Covid-19 assolou o mundo em 2020 e forçou uma parada (brusca) na máquina capitalista, obrigando pessoas e instituições a se reinventarem, diante dos longos períodos de lockdown ou restrição de circulação. Diante da maior pandemia do século, mesmo em nosso país, onde negacionistas insistiram e insistem em ignorar a gravidade da situação, nossas vidas foram alteradas.

Aquele normal “pré-pandemia” acabou! É difícil aceitar, mas acabou. Não sabemos quando essa pandemia irá regredir, ou se ela irá regredir, tendo em vista o avanço das novas variantes do coronavírus. Desta forma, lidando com a realidade disponível, estamos caminhando para o segundo ano da pandemia sem vislumbrar sequer onde está a luz no fim desse túnel.

Dentro desse turbilhão de mudanças, as instituições de ensino não ficaram ilesas e foram drasticamente impactadas nas suas rotinas pela pandemia. Um local de aglomeração por excelência, a escola teve que fechar as portas logo após a identificação dos primeiros casos de COVID no país e se adaptar ao ambiente virtual. Embora algumas escolas tenham lidado relativamente bem com esse “novo normal”, foi uma mudança traumática porque foi rápida e intensa

Como mecanismo de defesa, as escolas migraram suas atividades do mundo físico para ao mundo virtual, como se estivessem apenas esperando a tempestade passar para, então, voltar à sua estrutura secular que, apesar de muito defasada, praticamente funciona sozinha (para o bem ou para o mal).

Depois de mais de 18 meses de pandemia, a situação real mostra que a tempestade não vai passar tão cedo e, quando passar, vai deixar um cenário bem diferente daquele vivido no longínquo ano letivo de 2019.

As escolas, em sua grande maioria, entretanto não se preparam para este novo momento de convivência com a pandemia. Não há um plano de reforma significativa nas instituições de ensino público do país, buscando adaptá-las a esta nova realidade. Não fizeram alteração definitiva em suas rotinas e em sua estrutura física para um possível retorno às aulas presenciais em meio à pandemia.

Basicamente, o que as escolas fizeram foi inserir na dinâmica escolar protocolos sanitários que incluem disponibilização do álcool em gel, e algumas medidas paliativas de inibição de aglomerações (quem já visitou alguma escola na vida, sabe que tais medidas são bem fantasiosas)

As edificações das escolas do nosso país foram pensadas e construídas sob uma lógica que se aproxima mais de um sistema prisional do que educativo. A ventilação e a iluminação das salas são péssimas (e agora, perigosas!), as áreas de convivência são mínimas e evitar a aglomeração de docentes e discentes é quase impossível. Além disso, é bom lembrarmos que a quantidade de alunos por sala no Brasil é absurda, sobretudo nas escolas públicas.

Diante desse quadro, a gritaria pelo retorno das aulas no pico da pandemia é cruel, insensível e irresponsável.

É necessário e urgente pensarmos em mudanças na dinâmica das escolas que possibilitem o retorno seguro das aulas presenciais em um ambiente onde a pandemia esteja minimamente controlada, uma vez que o fim dela ainda está muito distante. A escola de dois anos atrás acabou. E, quanto mais cedo digerirmos isso, melhor. Essa constatação parece óbvia, mas, parafraseando Bertolt Brecht, estes são tempos em que é necessário dizer o óbvio.

Sempre se falou da necessidade de se modificar a estrutura arcaica das escolas. A pandemia esvaziou as escolas e permitiu que mudanças importantes fossem adotadas. Nada foi feito, e agora nossas crianças e adolescentes seguirão aguardando um momento em que a educação será tratada com a importância que merece. A maior pandemia do século não foi suficiente para isso.

Gladisson Silva da Costa é Especialista em Metodologia do Ensino de História e Professor dos cursos de Letras e História da área de Linguagens e Sociedade do Centro Universitário Internacional Uninter.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA Propriedade da AJOTA ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA CNPJ: 29.464.235/0001-16 Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78300-000 Tangará da Serra-MT ISSN 22386467	REDAÇÃO DIREÇÃO DE JORNALISMO Fabiola Tormes CONTATO ds@diariodaserra.com.br Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do DIÁRIO DA SERRA  (65) 3326-4724 www.diariodaserra.com.br www.ds.jor.br
TIRAGEM 1 MIL EXEMPLARES CIRCULAÇÃO Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso. CENTRAL DO ASSINANTE (65) 3326.6501 	DEPARTAMENTO COMERCIAL PUBLICIDADE ASSINATURA PUBLICIDADE LEGAL Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA SERVIÇOS GRÁFICOS E. Tormes e Cia. LTDA CNPJ: 14.048.123/0001-07 CONTATO: adm@diariodaserra.com.br Fone: (65) 3326-4724

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
EDIÇÃO ON-LINE DESDE 06 DE SETEMBRO DE 1997
Endereço: Av. Tancredo Neves - 1247 W
Parque Mansões - CEP: 78300-000
Tangará da Serra - MT - Brasil

 www.facebook.com/jornalds  @diariodaserra

VAI A SANÇÃO

Deputados aprovam previdência e isentam aposentados que recebem até R\$ 3.300



Projeto aprovado na última sexta

O PLC traz ainda a isenção da alíquota de 14% até ou teto do INSS

SECOM-MT / ALMT

Os deputados estaduais aprovaram na última sexta-feira, 6, a isenção da alíquota previdenciária para os aposentados que recebem até R\$ 3.300 e para portadores de doenças incapacitantes até o teto do INSS.

O Projeto de Lei Complementar 38/2021 foi construído em conjunto com o Governo do Estado e vai agora para a sanção do governador Mauro Mendes, conforme acordo entre o chefe do Executivo e a base parlamentar na Assembleia Legislativa. “Essa isenção é uma forma de contribuir com os apo-

sentados que possuem essas doenças, para minimizar esse sofrimento. Agradeço ao apoio da Assembleia Legislativa, que teve a sensibilidade de nos ajudar a construir e aprovar esse importante projeto”, afirmou o governador Mauro Mendes.

De acordo com o texto aprovado, além da isenção da cobrança de 14% da alíquota previdenciária dos servidores aposentados que ganham até R\$ 3.300, haverá o desconto de R\$ 3.300 para os que ganham até R\$ 9 mil.

O PLC traz ainda a isenção da alíquota de 14% até ou teto do INSS, ou seja de R\$ 6,4 mil, para aos portadores de doenças raras.

O projeto provocou muita discussão em plenário e todos os deputados, presentes na sessão e os de participação remota, usaram a fala para garantir que o PLC

aprovado não é o ideal. “Vamos conseguir uma vitória hoje”, disse o presidente da Casa de Leis, deputado Max Russi (PSB), que precisou fazer várias interferências para esclarecer que o projeto foi acordado com o Governo do Estado para ser votado dessa forma. “Nós fizemos um combinado para que isso chegue aos aposentados”, destacou.

“É uma vitória importantíssima da Assembleia, dos aposentados, dos inativos. Esperamos a sanção do Governo para que na folha do mês de agosto esses aposentados inativos e com doença incapacitante possam ter esse benefício. Talvez não seja o ideal, não o que a gente gostaria, mas é o que é possível nesse momento e vamos continuar com essa discussão”, garantiu Max Russi.

RODOVIAS

AL aprova lei que autoriza pagar pedágio via Pix em Mato Grosso

Assessoria ALMT

Por unanimidade, o Plenário da Assembleia Legislativa aprovou em definitivo o projeto de lei (PL 519/2021), de autoria do deputado estadual Wilson Santos (PSDB), que autoriza o pagamento de pedágios nas rodovias de Mato Grosso pelo sistema Pix. Agora, o texto da lei vai para sanção do governador Mauro Mendes (DEM) para, a partir daí, entrar em

vigência no território mato-grossense.

O PIX é um meio eletrônico criado e autorizado pelo Banco Central do Brasil para pagamentos e transferências bancárias em modo instantâneo. Essas transações podem ser feitas pelo aparelho celular a qualquer hora do dia, a partir de conta corrente, poupança ou de pagamento. Para tal implementação, o projeto alterou o artigo 5º da Lei nº 8.620 que disciplina a cobrança de pedágio

nas rodovias estaduais.

O parlamentar ressaltou, durante a votação, que a administração pública deve se adequar ao avanço tecnológico da sociedade. “Os pagamentos via Pix vão facilitar a vida de muitas pessoas que, por questão de segurança, não gostam de viajar transportando dinheiro em espécie. Esse sistema facilitou a vida do comerciante e cabe a nós implantá-lo na administração pública”, disse.